

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 34

Data: 23/09/81

Pg.: _____

Eloy: justiça soberana

O vereador Eloy Santos solicitou, ontem, a Justiça paraense, pela cassação da liminar concedida em favor de Breno Batista Pinto, matador de sua esposa Silvia de Nazaré, ordenando-lhe que devolva aos avós maternos suas três filhas, das quais se apossou com a cobertura de policiais que, inclusive, invadiram a casa dos avós na vila de Marituba. Disse Eloy que a Justiça dera mais uma prova de quanto é soberana e independente. Relembrou o crime cometido por Breno, classificando-o de bárbaro, dizendo que ele continua em completa liberdade e em companhia das crianças que testemunharam a tragédia. "A Justiça tarda, mas não falha. Breno está impune há mais de um ano, zombando do povo do Pará, que o acolheu como irmão, embora seja mineiro de nascimento e aqui veio desonrar a hospitalidade que lhe foi oferecida, destruindo seu próprio lar e o lar da família de Silvia".

O vereador Adamor Filho apelou ao secretário de Segurança para que determine a ida do delegado do interior, à Vigia, para apurar denúncias contra o destacamento policial, que

estaria cometendo violências contra ambulantes e marreteiros.

Aquilon Bezerra apelou ao prefeito em favor do serviço de terraplenagem da travessa Guerra Passos, no bairro de Canudos. Depois Adamor afirmou que recebeu denúncia do padre Nello Ruffaldi, do Conselho Indigenista, de que a Funai está armando uma trama para emancipar a tribo Tembés, cuja reserva de 350 mil hectares está em Capitão Poço e Ourem. Conforme a denúncia, a Funai deseja entregar lotes demarcados de 20 hectares enquanto os 334 mil hectares seriam destinados ao Incra e ao Iterpa.

Eloy Santos pregou a necessidade de ser melhor reaparelhada a Capitania dos Portos, para que possa fiscalizar as embarcações de carga e passageiros que singram os rios paraenses, visando a diminuir o índice de acidentes na região.

Rocimar Santos pediu envio de expediente ao ministro da Educação para que torne sem efeito o último aumento concedido às escolas superiores da rede superior, por ser incompatível com as condições econômico-financeiras dos universitários.